

Gisele Leite

Professora universitária. Mestre em Direito (UFRJ). Mestre em Filosofia (UFF). Doutora em Direito (USP). Pesquisadora-Chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Jurídicas. Professora de diversas instituições de ensino privadas. Consultora do Instituto de Pesquisas e Administração Escolar – IPAE. Colunista e articulista de diversos sites e revistas jurídicas. Autora de diversas obras jurídicas publicadas.

Jonas Ricardo Correia

Advogado. Autor dos livros Manual Prático de Direito Imobiliário, Dano Moral Indenizável e Manual de Prática Jurídica.

Comentários à **Lei de Execução Fiscal**



ISBN: 978-85-9487- 027-8

Autores
Gisele Leite
Jonas Ricardo Correia

Revisão Gráfica
Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão Geral
Mario do Carmo Ricalde

Leite, Gisele; Correia, Jonas Ricardo.

Comentários à Lei de Execução Fiscal / Gisele Leite & Jonas Ricardo
Correia. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2018.

1. Direito. 2. Tributário.

I. Título.

CDD: 340

CDU: 341.392

Fechamento desta edição: 23.01.2018

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio:
eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida
autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação
reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

SUMÁRIO

Lei de Execução Fiscal

Da Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil (Art. 1º)	9
Da Dívida Ativa (Art. 2º).....	11
Da Presunção de Certeza e Liquidez (Art. 3º)	17
Da Legitimidade Passiva (Art. 4º).....	24
Da Competência (Art. 5º)	34
Da Petição Inicial (Art. 6º)	39
Do Despacho de Deferimento da Inicial (Art. 7º).....	55
Da Citação (Art. 8º)	57
Da Garantia da Execução (Art. 9º).....	66
Da Impenhorabilidade (Art. 10)	74
Da Ordem Legal da Penhora (Art. 11).....	84
Da Intimação da Penhora (Art. 12).....	96
Do Termo de Penhora e Avaliação (Art. 13).....	100
Do Registro da Penhora (Art. 14).....	102
Da Substituição do Bem Penhorado (Art. 15)	105
Dos Embargos a Execução (Art. 16).....	108
Da Impugnação aos Embargos (Art. 17).....	125
Do Não Oferecimento dos Embargos (Art. 18).....	131
Da Garantia da Execução Prestada por Terceiro (Art. 19).....	133
Dos Embargos na Execução por Carta (Art. 20).....	135
Da Alienação Antecipada dos Bens Penhorados (Art. 21)	141
Da Arrematação (Art. 22).....	143
Da Alienação dos Bens (Art. 23)	150
Da Adjudicação dos Bens pela Fazenda Pública (Art. 24).....	153
Da Intimação Pessoal do Representante da Fazenda Pública (Art. 25)...	157
Da Extinção da Execução Fiscal em Razão do Cancelamento da Dívida Ativa (Art. 26).....	160
Das Publicações (Art. 27).....	165

Da Reunião de Execuções Fiscais (Art. 28).....	167
Da Não Sujeição da Execução Fiscal a Concurso de Credores (Art. 29)..	171
Da Responsabilidade Patrimonial do Sujeito Passivo (Art. 30).....	174
Da Prova de Quitação da Dívida Ativa (Art. 31).....	192
Do Depósito Judicial em Dinheiro (Art. 32)	194
Da Comunicação do Julgamento de Mérito (Art. 33)	199
Dos Recursos (Art. 34).....	201
Da Dispensa do Revisor nos Recursos de Apelação (Art. 35).....	205
Da Norma sobre o Recolhimento da Dívida Ativa (Art. 36)	206
Da Responsabilidade dos Auxiliares da Justiça (Art. 37).....	207
Da Discussão Judicial da Dívida Ativa (Art. 38)	209
Das Despesas Processuais (Art. 39).....	212
Da Suspensão da Execução Fiscal (Art. 40).....	218
Do Processo Administrativo de Inscrição (Art. 41).....	225
Da Vigência da Lei de Execução Fiscal (Art. 42).....	226

Súmulas de Direito Tributário organizadas por assunto

Súmulas Vinculantes	227
Súmulas do STF e do STJ	228

Legislação correlata em vigor

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964	241
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966	267

REFERÊNCIAS.....	315
-------------------------	------------